

O contributo de Ivo Castro para a edição crítico-genética em Portugal

Inês Hortas Marques¹

Resumo

O presente artigo visa apresentar e discutir a origem do modelo de edição crítico-genética adotado em Portugal e explicar como este conjuga a apresentação de um texto crítico estático que se pauta pela fixação da última vontade documentada do autor com a representação do processo criativo que nela teve desenlace. Tendo isto em vista, focaremos o nosso estudo nos contributos de Ivo Castro, coordenador das equipas responsáveis pela edição crítica e genética das obras de Fernando Pessoa e de Camilo Castelo Branco, refletindo sobre os critérios aplicados para a fixação dos textos e sobre o enquadramento teórico que os envolve.

Palavras-chave: Edição crítica. Crítica genética. Edição crítico-genética. Intenção final do autor.

Abstract

This article aims to present and discuss the origin of the critical-genetic editing model adopted in Portugal and explain how it combines the presentation of a static critical text that is guided by the fixation of the author's last documented will with the representation of the creative process that it contains. With this in mind, we will focus our study on the contributions of Ivo Castro, coordinator of the teams responsible for the critical and genetic edition of the works of Fernando Pessoa and Camilo Castelo Branco, reflecting on the criteria applied for the fixation of the texts and on the theoretical framework that surrounds them.

Keywords: Critical edition. Genetic criticism. Critical-genetic edition. Author's final intention.

Revista de
Crítica Genética
ISSN 2596-2477

N. 50 • 2023

Submetido:
04/05/2023

Aceito:
18/10/2023

¹ Licenciada em Jornalismo e Comunicação (FLUC) e Mestre em Crítica Textual (FLUL). Atualmente, é investigadora bolsista do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. E-mail: im6@edu.ulisboa.pt.

Introdução

Em Portugal, o conceito de crítica textual é tradicionalmente associado a volumosas edições de textos antigos sem tradição autógrafa. Exemplos disto são os trabalhos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de Manuel Rodrigues Lapa sobre as cantigas medievais galego-portuguesas². Já em 1988, Ivo Castro deu conta desta perceção redutora, declarando que não estava generalizado, em território nacional, o conhecimento sobre o que é a edição crítica aplicada a textos modernos e qual a sua utilidade tanto como ainda não tinham sido “estabelecidas rotinas para o emprego da crítica textual na edição de autores modernos”³. Nesse mesmo ano, foi constituída uma equipa, liderada pelo mesmo Ivo Castro, para proceder à edição crítica da obra do poeta modernista Fernando Pessoa (1888-1935), através do estudo do seu vasto espólio. Ao denominar esta equipa de Grupo de Trabalho para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa, a Secretaria de Estado da Cultura do governo português, que visava através desta iniciativa atingir o maior público possível, confirmava que, de fato, os portugueses não estavam familiarizados com a expressão edição crítica e que o seu uso não incentivaria a vontade de consumo das edições pessoanas. Neste contexto, surgiu pela primeira vez, no artigo “A criação da Equipa Pessoa” publicado em 1988 na Revista da Biblioteca Nacional, a expressão edição genético-crítica⁴, acompanhada de algumas orientações gerais para a edição dos textos pessoanos⁵. Nesta publicação, Castro enfatiza ainda que os resultados do projeto editorial deverão ser publicados “sob a forma de edições genético-críticas, edições simplificadas e instrumentos de referência”⁶.

Tendo isto em vista, o objetivo primordial deste artigo é explicar como o modelo de edição crítico-genética adotado em Portugal conjuga a apresentação de um texto crítico estático que se pauta pela fixação da última vontade documentada do autor com a representação do processo criativo que nela teve desenlace. Dar-se-á especial atenção aos casos de Fernando Pessoa e Camilo Castelo Branco, com a análise de aparatos genéticos que disponibilizam as variantes autógrafas ou julgadas autorais. Para atingirmos este propósito, apresentaremos os princípios

2 Há raras exceções a esta regra: antes do início do estudo do espólio pessoano, a edição de Frei Luís de Sousa (1943) de Rodrigues Lapa, na qual o editor teve acesso a testemunhos controlados pelo autor Almeida Garrett; e, pela mesma altura da iniciativa pessoana, o projeto de edição crítica da obra de Eça de Queirós, coordenado pelo professor Carlos Reis e publicado pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Embora este projeto só tenha sido oficialmente iniciado em 1992 com a publicação da obra *A Capital!*, editada por Luís Fagundes Duarte, teve como ponto de partida a publicação do volume *A construção da narrativa queirosiana - O espólio de Eça de Queirós* (1989), da responsabilidade de Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro.

3 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 155.

4 Na bibliografia produzida por Ivo Castro, a expressão edição genético-crítica tem um significado e usos equivalentes ao termo edição crítico-genética, tendo sido esta última a expressão que se cristalizou e, conseqüentemente, iremos adotar ao longo deste artigo.

5 Cf. *Ibidem*, p. 155-160.

6 *Ibidem*, p. 160.

teóricos e práticos subjacentes aos mais relevantes projetos nacionais de edição crítico-genética, explicando como esta tipologia de edição crítica se relaciona com a crítica genética francesa e articulando-a também com a teoria anglo-americana do copy-text e com o modelo editorial alemão conhecido como histórico-crítico. Neste contexto particular, será dada atenção especial aos trabalhos de Hans Walter Gabler sobre a obra do escritor irlandês James Joyce. Além disso, explicitaremos de que modo o modelo de edição crítico-genética, enquanto montra do processo de escrita do autor e do raciocínio filológico do editor especialista, oferece argumentos sólidos para a consagração de uma lição definida como a intenção final do autor. Tendo esta finalidade em vista, focaremos o nosso estudo nos contributos de Ivo Castro, coordenador das equipas responsáveis pela edição crítica e genética das obras de Fernando Pessoa e de Camilo Castelo Branco, refletindo sobre os critérios aplicados para a fixação dos textos e sobre o enquadramento teórico que os envolve.

Em primeiro lugar, para o entendimento do que se define por modelo editorial crítico-genético, importa esclarecer que partimos de dois conceitos que se revestem de diferentes significados mediante o cenário em que se apresentam. Deste modo, é essencial notar que, no contexto da edição crítico-genética realizada em Portugal, o qualificativo “crítica” remete a um impulso de revisão, quer dos testemunhos subsistentes de uma obra, quer das edições que dela foram realizadas. Como afirma Castro: “uma edição chama-se crítica quando resulta de uma dúvida metódica em relação às edições existentes de um determinado texto e de uma inquirição aos seus testemunhos mais autorizados, feita de fresco e sem restrições”⁷. Por sua vez, a componente genética desta expressão refere-se ao âmbito de “uma disciplina independentemente constituída, (...) um campo de pesquisa (...) cujo objeto é definido - os manuscritos modernos - e cujos objetivos - descrição e exploração dos mecanismos de escritura - estão designados”⁸. Ao explorar estes dois termos, verifica-se que o modelo crítico-genético exige que o texto seja fixado de modo rigoroso, através de uma análise minuciosa de todos os testemunhos da tradição e, simultaneamente, sejam representadas as várias etapas da gênese desse mesmo texto, permitindo ao leitor acompanhar o processo criativo do autor. Em consequência, o papel do editor é interpretar os testemunhos deixados pelo autor e comunicar ao leitor o modo como sobre eles atuou, entre outros objetivos, para que o utilizador da edição possa pesar as decisões tomadas e avaliar a qualidade do trabalho realizado. Desta forma, no seio do modelo crítico-genético, não compete ao editor “prever futuros que não ocorreram e sim ordenar o passado que recebemos”⁹, ou seja, o investigador responsável por este tipo de edições não procura ativamente alcançar o texto que acredita ter sido idealizado pelo autor, mas organizar e sintetizar as informações explicitamente contidas no espólio e aquelas que só se tornam claras após uma análise meticulosa, realizada com o

7 Ibidem, p. 321.

8 GRÉSILLON, A. “Alguns pontos sobre a história da crítica genética”. *Estudos Avançados*, vol. 5 (1991), p. 8.

9 CASTRO, I. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 65.

propósito de conseguir estabelecer um panorama representativo do processo de escrita do autor e de oferecer argumentos sólidos de índole material para sustentar as intervenções editoriais realizadas ao longo da fixação do texto¹⁰. Esta posição vai em boa parte ao encontro das ideias dos filólogos alemães defensores do modelo histórico-crítico¹¹, uma vez que estes também julgam ser impossível conhecer e fazer cumprir os desejos finais do autor apenas por intermédio dos testemunhos da sua obra¹², sendo preferível focar os esforços editoriais na identificação e reconstituição do processo de escrita e de transmissão que deu origem a determinado texto¹³.

A uma leitura imediata, este posicionamento de Castro aparenta ser contraditório com a ideia de que os editores da Equipa Pessoa devem procurar fazer cumprir a todo o custo a última vontade do autor, podendo até recorrer a lições de edições póstumas da obra pessoana, já que estas podem “ter beneficiado de documentos que hoje desconhecemos, ou de manifestações da vontade autoral conhecidas apenas de amigos do poeta”¹⁴. Para esclarecer este conflito aparente, convém introduzir uma precisão terminológica. Castro prefere designar as lições que considera corresponderem à última vontade do autor de *lições derradeiras*¹⁵, já que, de todas as variantes, estas lições são as únicas que o autor não substituiu. Portanto, uma vez que não foram sujeitas ao traço de cancelamento e consequente emenda, são consideradas detentoras de maior autoridade e merecedoras de serem preservadas e fixadas no texto crítico¹⁶. Em casos de lições

10 Na edição crítico-genética de *Poemas de Alberto Caeiro* (2015), concretizada por Ivo Castro, verifica-se, por exemplo, que o estudo dos materiais de escrita utilizados por Fernando Pessoa possibilitou determinar a cronologia das emendas realizadas pelo autor, o que, consequentemente, permitiu a Castro decidir qual a lição que deveria ser fixada por corresponder à última vontade do autor. CASTRO, I. Introdução. In: CAEIRO, A. **Poemas de Alberto Caeiro (edição genética e crítica)**. Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015, p. 23.

11 Cf. ZELLER, H. “A new approach to the critical constitution of literary texts”. **Studies in bibliography**, no. 28 (1975). Em resumo, Hans Zeller (1975) propõe que todos os testemunhos atestadamente autógrafos ou autorizados possuem o mesmo nível de autoridade dentro da tradição do texto, uma vez que correspondem à vontade do autor em determinados momentos da história de produção da obra. Neste contexto, o editor assume o papel de historiador que apenas organiza e apresenta ao leitor as versões do texto identificadas, sendo que, de acordo com Zeller, uma versão nova de um texto corresponde a uma nova etapa da sua história e surge quando se detetam variantes autorais que conduzem à alteração das relações já estabelecidas entre os elementos textuais previamente existentes.

12 Ibidem, p. 243.

13 Em contraste com esta linha ideológica, observam-se as edições críticas baseadas na teoria do copy-text de Walter Greg e Fredson Bowers, nas quais, por norma, os editores selecionam como texto base do seu trabalho a mais antiga edição impressa da obra, corrigindo-a, no que diz respeito às lições substantivas (aquelas que afetam os significados da obra), com a edição que representa a última vontade do autor. GREG, W. “The rationale of copy-text”. **Studies in Bibliography**, no. 3 (1950), p. 29.

14 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 180.

15 Ibidem, p. 337.

16 Ibidem, p. 65.

alternativas deixadas em aberto (aquelas que não foram canceladas pelo autor), a determinação de qual é a lição derradeira fundamenta-se através da análise dos instrumentos de escrita e da topografia da página. Assim, entende-se que a preferência de Castro pela expressão *lição derradeira* depende da análise da materialidade dos testemunhos para a fixação do texto. O menor apreço pelo termo *intenção final* ou pela expressão lição que representa a *intenção final autoral*, retirada da terminologia associada ao método Greg-Bowers, revela-nos que o editor procura enfatizar que não é sua função fazer cumprir desejos hipotéticos do autor, mas interpretar adequadamente e representar os materiais disponíveis no espólio.

Nas secções seguintes, refletiremos sobre os argumentos que justificam a consagração da lição derradeira no modelo de edição crítico-genético, opondo-os às teses dos defensores do método histórico-crítico. Para esta discussão, assumimos que “o movimento é imanente ao texto”¹⁷, isto é, o texto é um produto histórico, no qual a relação que o autor estabelece com a página em branco nunca é linear, sendo o momento da escrita pautado por hesitações, revisões e correções, que se traduzem em avanços e recuos durante a composição do texto. Neste contexto, os avanços e recuos não representam apenas alterações operadas durante o curso da escrita, mas ainda períodos em que o autor deixa o seu texto em repouso para voltar a revê-lo e emendá-lo posteriormente, após momentos de reflexão que podem traduzir-se em alterações da intenção programática face à obra em causa. Ao retratar o dinamismo inerente ao processo criativo do escritor, a edição crítico-genética torna-se um meio privilegiado para o leitor não especializado em matérias filológicas acessar à materialidade das metamorfoses que o texto sofre ao longo da sua construção, uma vez que, nesta tipologia editorial, o leitor tem acesso à decifração e à transcrição de manuscritos que muitas vezes não conseguiria ler através da observação de fac-símiles.

Adicionalmente, a investigação subjacente a esta modalidade editorial permite também avaliar e desconstruir vários mitos associados à gênese de algumas das mais célebres obras literárias nacionais. Para ilustrar esta afirmação, recorde-se que Ivo Castro, ao examinar os manuscritos de *O Guardador de Rebanhos*, apurou que, ao contrário do que Fernando Pessoa descreveu ao escritor e amigo Adolfo Casais Monteiro numa carta enviada a 13 de janeiro de 1935, os poemas de Alberto Caeiro não foram escritos num único dia, tendo sido detectados sete materiais de escrita diferentes e seis versões anteriores às que foram publicadas na revista *Presença*, em 1931¹⁸. De maneira semelhante, Ivo Castro refutou também a popular crença de que Camilo Castelo Branco escreveu o romance *Amor de Perdição* de forma fluida, ágil e sem hesitações em apenas quinze dias. Ao analisar o manuscrito camiliano, percebeu que o romancista não tinha a narrativa planejada antes de a materializar, sendo por isso o seu trabalho apelidado de “escrita de pára

17 RODRIGUES-MOURA, E. Para uma interpretação hermenêutica de uma edição crítico-genética: emendas de elocução e emendas de poéticas. In: Carrilho, E. et al. **Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro**. Primeira edição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019, p. 1339.

18 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 15-22.

e arranca”¹⁹, nele se detectando diversas emendas concretizadas durante o decorrer da redação. Ainda assim, é necessário notar que “os mesmos materiais permitem perguntas diferentes que podem levar a respostas e interpretações também diferentes”²⁰. Neste sentido, a subjetividade do editor, nos momentos de decifração do testemunho, identificação de erros, formulação de conjecturas e na aplicação de simbologia para representar as suas decisões editoriais, é um fato inelutável em qualquer edição²¹. Logo, nem mesmo a mais minuciosa edição crítico-genética pode ser encarada como definitiva, já que a modernização das tecnologias auxiliares, o surgimento de novos testemunhos e o aprofundamento dos conhecimentos dos investigadores face aos autores a editar se traduzirão desejavelmente, mais cedo ou mais tarde, em novas edições mais assertivas e completas.

1. O surgimento da edição crítico-genética em Portugal

Embora a expressão edição crítico-genética tenha sido cristalizada em solo nacional com a criação do grupo responsável pela edição crítica da obra de Fernando Pessoa em 1989, no seio da crítica textual francesa e alemã, por exemplo, já se difundiam, anteriormente, alguns dos paradigmas editoriais que influenciaram visivelmente a iniciativa coordenada por Ivo Castro. Apesar de o campo dos estudos genéticos a partir da análise de testemunhos autógrafos tenha tido o seu momento fundacional com a aquisição dos manuscritos do poeta romântico alemão Heinrich Heine (1797-1856) pela Biblioteca Nacional de França, em 1966, a expressão crítica genética, definida como sinónimo do método sistemático para estudar, editar e representar as etapas do processo de criação de uma obra, através de simbologia apropriada, foi usada monograficamente pela primeira vez por Louis Hay na coletânea *Essais de critique génétique*, em 1979²².

Em 1994, Almuth Grésillon, à data diretora do Institut des Textes et Manuscrits Modernes de França, publicou a obra *Éléments de critique génétique - Lire les manuscrits modernes*, dedicada à descrição de metodologias para a constituição,

19 CASTRO, I. Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. **Amor de Perdição** (edição genética e crítica), editado por Ivo Castro. Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 70-71.

20 RODRIGUES-MOURA, E. Para uma interpretação hermenêutica de uma edição crítico-genética: emendas de elocução e emendas de poéticas. In: Carrilho, E. et al. **Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro**. Primeira edição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019, p. 1352.

21 CASTRO, I. “O retorno à filologia”. In: **Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários** in Memoriam Celso Cunha, coordenado por Cilene da Cunha Pereira, Paulo Roberto Dias Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 516-517.

22 GRÉSILLON, A. “Alguns pontos sobre a história da crítica genética”. **Estudos Avançados**, vol. 5 (1991), p. 7.

tratamento e interpretação de dossiês genéticos²³ e à apresentação de soluções para a concretização de edições genéticas representativas do processo de escrita de diversos autores. Este trabalho de Grésillon, publicado após o início do estudo do espólio pessoano, foi tido em conta por Ivo Castro na edição de *Amor de Perdição* (2007), na qual este reflete sobre a terminologia das emendas segundo Grésillon ao identificar e classificar as correções e revisões efetuadas por Camilo Castelo Branco durante a escrita do romance. É neste enquadramento que apura a seguinte sinonímia: “Grésillon chama variante d’écriture à emenda imediata e variante de lecture à emenda mediata”²⁴. Esta correspondência de termos para descrever a cronologia das emendas revela-nos que tanto Castro como Grésillon consideram muito relevante distinguir, numa edição com componente genética, quando os cancelamentos, adições e substituições são realizados durante o curso da escrita ou quando estes são concretizados em campanhas de escrita posteriores. Esta distinção reflete-se não só nos estudos genéticos que acompanham, em forma de texto introdutório à edição de *Amor de Perdição*, mas também no texto genético editado, através do uso de simbologia própria para cada um destes casos. Os acrescentos mediatos, concretizados durante o processo de revisão, são, por norma, supressões, retornos e adições que surgem “geralmente na entrelinha, que se integra na frase já escrita, a qual é mantida”²⁵, sendo, por isso, representados entre parênteses retos e precedidas de uma seta que indica se a alteração foi introduzida na entrelinha superior ou inferior ou nas margens da página. Por outro lado, os acrescentos imediatos, realizados durante o curso da escrita e predominantes neste romance²⁶, são apresentados na edição imediatamente após o traço de cancelamento, representado este por parênteses angulares, sem qualquer outra simbologia associada²⁷.

Além de destacar o impacto da crítica genética francesa no seu modelo crítico-genético, Ivo Castro enfatiza que a edição diplomática e genética realizada por Giovanni Bonaccorso a partir da análise dos manuscritos autógrafos da novela *Un coeur simple* (1983) de Gustave Flaubert (1821-1880) e a edição crítica e sinóptica do romance *Ulysses* (1984) de James Joyce (1882-1941), preparada pelo filólogo alemão Hans Walter Gabler, são “consagrados precedentes” dos princípios que preconiza nas edições crítico-genéticas das obras de Fernando Pessoa e de Camilo Castelo Branco²⁸. A principal vantagem destes projetos é oferecerem ao leitor a possibilidade de comparar facilmente a edição crítica com a matéria de um ou mais testemunhos, uma vez que os conteúdos são posicionados

23 Entende-se por dossiê genético o conjunto dos testemunhos autógrafos disponíveis de uma tradição, por norma, organizados de acordo com a cronologia da sucessão de etapas de escrita, permitindo a visualização do processo de escrita do autor. DE BIASI, M. *Génétiq ue des textes*. Paris: ENRS éditions, 2011, p. 31.

24 CASTRO, I. Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. *Amor de Perdição* (edição genética e crítica), editado por Ivo Castro. Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 78.

25 Ibidem, p.75.

26 Ibidem, p. 71.

27 Ibidem, p. 79.

28 CASTRO, I. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 159.

paralelamente²⁹. Este formato é reproduzido, por exemplo, na edição crítico-genética de *Amor de Perdição* (2007), na qual Castro apresenta uma edição crítica e uma edição genética em páginas intercaladas. A relevância do trabalho de Hans Walter Gabler para o paradigma da edição crítico-genética portuguesa não se resume, no entanto, ao modo como se dispõem os conteúdos na edição. Tendo isto em vista, dedicar-se-ão os parágrafos seguintes à exploração dos fundamentos teóricos que justificaram as decisões editoriais de Gabler ao longo da preparação da edição de *Ulysses*.

A título de enquadramento biográfico, Hans Walter Gabler nasceu a 21 de janeiro de 1938, na cidade de Saalfeld, na Alemanha. Doutorou-se em 1966, em Filosofia, pela Universidade de Munique, onde iniciou a sua carreira como docente universitário no mesmo ano. Em 1975, foi professor visitante na Universidade de Virgínia, instituição reconhecida pela publicação da célebre revista de filologia *Studies in Bibliography*³⁰, e, em 2007, tornou-se investigador sênior associado do Instituto de Estudos Ingleses da Universidade de Londres³¹. Dirigiu ainda, na Universidade de Munique, entre 1996 e 2002, um programa de graduação sobre o papel da crítica textual enquanto método para o estudo das disciplinas que envolvem uma forte componente histórica³². Parte importante da sua vida académica foi dedicada ao estudo e edição da obra do romancista irlandês James Joyce (1882-1941).

A sua edição crítica e sinóptica de *Ulysses* é constituída por três extensos volumes que contêm, lado a lado, uma transcrição da primeira edição da obra (1922) e uma edição crítica que tem por base o manuscrito autógrafo redigido entre 1916 e 1922. Por outras palavras, a finalidade deste empreendimento editorial é assim caracterizada por Gabler: “the pragmatic goal of [this edition is] providing a critically established text parallel to the published text of the first edition of 1922”³³. Estes volumes apresentam ainda um amplo aparato de variantes que contempla os restantes testemunhos considerados transmissores da vontade do autor e múltiplos apêndices. Isto ocorre porque o texto da primeira edição possui muitas intervenções do editor de 1922 que foram apenas autorizadas passivamente por

29 Tanto no seio do método histórico-crítico como no seio do modelo crítico-genético este modo de apresentação sinóptica é considerado muito pragmático e é preferido quando se pretende ilustrar a história da construção do texto, através da exibição de camadas individuais e das diversas versões do conteúdo dos testemunhos. HÖPKER-HERBERG, E. Reflections on the synoptic mode of presenting variants, with an example from Klopstock's *Messias*. In: GABLER, H (ed.). **Contemporary German editorial theory**. Primeira edição. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995, p. 85.

30 A revista *Studies in Bibliography* foi publicada entre 1949 e 2007 pela Bibliographical Society of the University of Virginia, sendo uma referência nas áreas da filologia, crítica textual e estudos bibliográficos. No ano de 1975, quando Hans Walter Gabler esteve a lecionar na Universidade de Virgínia, foi publicado o número 28 da revista, que veicula artigos de Hans Zeller e Thomas Tanselle sobre as teorias alemãs e anglo-americanas de edição de texto, respetivamente.

31 GOLD, M.; PHILIP S. Contributors. **Joyce Studies Annual**, vol. 28 (2018), p. 251.

32 Ibidem, p. 251.

33 GABLER, H. What *Ulysses* requires. **The papers of the bibliographical society of America**, no. 87 (jun. 1993), p. 201.

James Joyce. A extensão e profundidade de detalhes oferecidas por este projeto parece aproximar esta edição do formato das edições histórico-críticas. Neste sentido, Gabler esclarece que se trata de uma edição que se define como crítica no sentido em que se baseia na verificação histórica rigorosa dos dados associados aos documentos e às relações entre eles, transformando-os em textos que podem ser apresentados de forma sinóptica³⁴, de modo a facilitar ao leitor a comparação entre as duas versões do texto veiculadas no volume. Contudo, apesar de Gabler declarar que “the editorial approach is historicist in the sense of the german ‘historisch-kritische’ edition, and critical only to the extent of verifying the historical givens of the documents and document relationships”³⁵, não estamos perante um projeto de índole exclusivamente histórico-crítica. Isto deve-se ao fato de que a componente de edição crítica assume aqui uma configuração algo semelhante às edições pautadas pelo método Greg-Bowers, sendo eleito como texto-base o manuscrito de James Joyce elaborado entre 1916 e 1922. A seleção de um texto-base e a apresentação das variantes de outros testemunhos em aparato de rodapé é incompatível com os ideais apoiados pelos teóricos defensores do método histórico-crítico, tal como descritos na secção inicial deste artigo, pois estas escolhas demonstram a preferência do editor face a uma das versões que compõem a história da obra.

Este modelo editorial foi severamente criticado por John Kidd, diretor do Centro de Investigação de James Joyce da Universidade de Boston, em diversas instâncias³⁶. Em 1988, publicou uma revisão de 174 páginas, “An inquiry into *Ulysses*: The corrected text”, argumentando que o trabalho de Gabler não cumpria as intenções a que se propunha, já que ignorava sete das edições que antecederam a sua³⁷, omitindo “thousands of variants needed to understand the evolution of *Ulysses* and to judge the changes wrought by its editor”³⁸. Do ponto de vista do investigador americano, uma parcela significativa da história do texto que Gabler declara ambicionar retratar com rigor fora erroneamente ignorada. Além disso, o filólogo americano expressou ainda sentir dificuldades na descodificação e interpretação dos símbolos e siglas que compõem a apresentação sinóptica dos textos em causa e que visam distinguir as várias etapas que constituem a gênese da obra³⁹. Logo, Kidd não considera que este modelo seja o mais adequado para os objetivos estabelecidos por Gabler, dado que, para além das omissões no tratamento de testemunhos e variantes, as várias

34 Ibidem, p. 201.

35 Ibidem, p. 201.

36 As críticas de John Kidd a esta edição de *Ulysses* não se limitaram ao modelo adotado por Hans Walter Gabler, mas também à qualidade da sua execução. Kidd acusa Gabler de não corrigir eficazmente cerca de cinco mil erros encontrados em edições anteriores, ignorar centenas de variantes e lições divergentes no aparato de variantes e de, por exemplo, tratar de maneira inconsistente a grafia de nomes compostos. KIDD, J. An Inquiry into *Ulysses*: The corrected text. **The Papers of the Bibliographical Society of America**, no. 4 (dez. 1988), p. 518-581.

37 Ibidem, p. 514.

38 Ibidem, p. 412.

39 Ibidem, p. 488.

camadas que o filólogo tenta representar são difíceis de distinguir e interpretar por causa da simbologia usada.

Em resposta aos juízos de Kidd, o filólogo alemão redigiu o artigo “What *Ulysses* requires” (1993), explicando que o estabelecimento do texto e a seleção dos testemunhos representados se fundamenta em estudos bibliográficos, através dos quais o editor percebeu que as intervenções de James Joyce nas edições de *Ulysses* tinham terminado na fase de revisão de provas tipográficas dessas mesmas edições, ou seja, não valeria a pena incluir no aparato de variantes as setes edições negligenciadas, já que nenhuma das lições que poderia ser considerada variante delas proveniente é da responsabilidade do autor⁴⁰. Deste modo, Gabler demonstra que a decisão de ignorar as variantes de sete das edições publicadas durante a vida do autor é perfeitamente justificada e não prejudica a representação do processo de criação do romance, já que o leitor tem acesso a todas as lições que o editor considera serem fruto da vontade operante do autor e não apenas de autorização passiva.

Em conclusão, Hans Walter Gabler sabia de antemão que, ao afastar-se, simultaneamente, do método do *copy-text*, teoria editorial mais popular no meio anglo-americano, e do modelo de edição histórico-crítico que estava a popularizar-se na Alemanha, as suas edições de Joyce seriam polémicas e desafiariam “the paradigms and current methods in textual criticism and scholarly editing”⁴¹. Independentemente disso, é inquestionável que, através da edição da obra de James Joyce, o filólogo alemão contribuiu com exemplos práticos para a necessidade de se adaptarem os modelos editoriais então em voga às solicitações da situação testemunhal propriamente dita. Ao conceber uma edição sinóptica, no caso de *Ulysses*, que pretende comparar a primeira edição da obra com o manuscrito não isento de lacunas, revisto e muito emendado pelo autor durante seis anos, Gabler mostra-nos que, de modo a conceber uma edição realmente representativa de uma tradição tão complexa, é imperativo conjugar raciocínios típicos do método Greg-Bowers, da crítica genética e do modelo histórico-crítico como teorizado por Hans Zeller. Assim sendo, o estudo das publicações de Gabler e da sua polémica com Kidd obriga-nos a encarar o labor editorial como um trabalho que requer profundo conhecimento do processo de escrita do autor e no qual o editor deve conjugar as teorias vigentes com a busca de soluções criativas e originais para a resolução de problemas únicos patentes no texto que pretende editar. Como verificaremos na secção seguinte, esta abordagem será amplamente adotada por Ivo Castro nos projetos de edição crítico-genética que coordena.

40 GABLER, H. What *Ulysses* requires. **The papers of the bibliographical society of America**, no. 87 (jun. 1993), p. 222.

41 GABLER, H. What *Ulysses* requires. **The papers of the bibliographical society of America**, no. 87 (jun. 1993), p. 248.

2. Ivo Castro

Quando foi convidado pelo Ministério da Cultura do governo português para coordenar a edição da produção literária de Fernando Pessoa, Ivo Castro era conhecido sobretudo pelos seus estudos e edições de textos medievais. Em 1969, concluiu a licenciatura em Filologia Românica e, em 1984, doutorou-se em Linguística Portuguesa, com uma tese sobre o Livro de José de Arimateia, um dos textos fundamentais da recepção portuguesa da matéria de Bretanha. Com uma produção caudalosa e multifacetada, Castro dedica-se também, desde 2007, à supervisão da equipa responsável pela edição crítica e genética das obras de Camilo Castelo Branco.

O modelo editorial adotado para a edição da obra de Fernando Pessoa tem por base a observação direta dos manuscritos do espólio pessoano para que, após o seu estudo rigoroso, sejam constituídos volumes representativos do labor criativo do autor e, quando há variação sem resolução, das lições derradeiras a respeito de cada um dos seus textos. Tendo em conta estas finalidades, os volumes da edição crítica de Fernando Pessoa são constituídos por uma “Introdução” com informações de carácter filológico (por exemplo, explicações relativas a casos de fixação de texto mais complexos), pelo texto crítico e pelo aparato crítico⁴². Em algumas obras surge também um apêndice que contém fragmentos textuais soltos que não foram utilizados para a fixação de nenhum texto e textos cuja atribuição suscita dúvidas. Esta situação verifica-se na edição de *Poemas de Álvaro de Campos* (1990), volume inaugural da série maior⁴³, da responsabilidade de Cleonice Berardinelli, na qual os poemas “Com teu gesto pintado e exagerado” e “O Bibliophilo” são relegados para o apêndice, uma vez que a editora não está certa de que sejam “de” Álvaro de Campos ou do ortónimo⁴⁴. Neste primeiro volume da edição crítica da obra pessoana, surge ainda um “aparato de conjecturas” que veicula as emendas e preenchimentos de lacunas do texto realizados por Berardinelli. Este último dispositivo acabou por não ser usado nas edições seguintes, que apresentam somente a “notícia dos testemunhos” que comunica informações referentes às características manuscritológicas dos testemunhos pessoanos, o “aparato de variantes”, com as lições em que o texto se afasta da edição da Ática, e o “aparato genético”, que apresenta a reconstituição do processo de escrita da obra. A supressão do “aparato de conjecturas” é coerente com a doutrina de base que norteia este projeto editorial, já que as escolhas face ao texto a reproduzir “escapa[m] a interferências subjetivas e a única dificuldade está em estabelecer a cronologia relativa dos testemunhos

42 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 179

43 A edição integral da obra de Fernando Pessoa da responsabilidade da Equipa Pessoa divide-se em duas coleções: Estudos sobre o espólio pessoano e Edição da obra completa de Fernando Pessoa. Este último conjunto subdivide-se em duas séries: a Série maior, que veicula as edições crítico-genéticas acompanhadas dos aparatos e introdução de cariz filológico, e a Série menor, composta pelo texto crítico não anotado e precedido de um ensaio interpretativo. Estas edições são mais simples e destinadas ao público não especialista. *Ibidem*, p. 165.

44 BERARDINELLI, C. Introdução. In: CAMPOS, A. **Poemas de Álvaro de Campos** (edição crítica). Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, p. 23.

ou das lições, para determinar qual é a mais recente”⁴⁵. O aprofundamento da discussão acerca do papel do editor crítico-genético terá lugar nos parágrafos finais da segunda secção deste artigo.

No que diz respeito aos critérios para o estabelecimento do texto, o editor deve fixar a lição que corresponde à última vontade de Fernando Pessoa, caso seja possível determiná-la. Uma vez que o entendimento da *última vontade* é material, e não psicológico, o trabalho do editor “consiste em reproduzir diplomaticamente a mais recente versão autógrafa e, na falta de autógrafos, a mais recente edição contemporânea do poeta ou, na falta desta, a mais antiga edição póstuma” no texto crítico⁴⁶. A necessidade de fixação da última lição redigida pelo autor ocorre suplementarmente porque, segundo Celani, “estatisticamente, Pessoa escolheu a última lição [materializada por si] na maior parte dos casos”⁴⁷. A determinação da última lição redigida, considerada cronologicamente, nem sempre é fácil, já que a caligrafia de Pessoa não se deixa decifrar facilmente e os testemunhos não permitem distinguir de imediato, quando estamos perante variantes em aberto, qual a lição que foi redigida em último lugar. Nestas situações, o estabelecimento da cronologia das variantes baseia-se na aplicação de critérios materiais, através da “identificação das campanhas de escrita e correção (...) e [da] análise da disposição topográfica das variantes na folha”⁴⁸. Quando há variantes em aberto, o editor, de acordo com o modelo adotado, seleciona a lição que foi redigida em último lugar, se a materialidade do testemunho permitir esta distinção⁴⁹. É importante notar que a presença de alternativas em aberto no texto é um sinal de que a última lição materializada pelo autor, considerada derradeira, não é sempre inquestionável. Nestas circunstâncias, a fixação da última variante redigida por Fernando Pessoa baseia-se também “on a statistical study of the decisions effectively taken by the author in the (relatively few) cases in which he managed to publish his writing during his lifetime”⁵⁰. No aparato genético, o leitor poderá observar todas estas zonas de variação. De acordo com Ivo Castro, a eleição de somente um texto tem de ser inequivocamente efetuada porque é dever do editor oferecer ao leitor não especializado um único texto crítico que este possa compreender sem ter de tomar as suas próprias decisões editoriais. Finalmente, na presença de erros acidentais relativos, por exemplo, a pontuação lacunar ou de imprecisões gráficas de natureza mecânica, o editor deve emendar o texto, pois é muito provável que esta fosse a atitude do autor, se os tivesse detectado atempadamente⁵¹.

45 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 184.

46 Ibidem, p. 184.

47 CELANI, S. **O espólio Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2020, p. 58.

48 Ibidem, p. 57.

49 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 183.

50 CELANI, S. Ivo Castro, **Editar Pessoa**. **Variants**, no. 12-13 (2016), p. 2.

51 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 184.

A fixação do texto segundo a intenção final do autor é uma prática regular no seio da crítica textual aplicada a textos modernos. Todavia, Ivo Castro enfatiza que “o nosso respeito pela vontade final do autor não deve ser adquirido, portanto, senão depois da observação física dos suportes e da reconstituição dos gestos que se traduziram na escrita que os encobre”⁵². Deste modo, os editores reconhecem que não é o seu papel prever quais teriam sido as decisões do escritor face à sua obra, mas ordenar o passado que está materializado, através da recensão, colação e emenda do texto dos testemunhos que chegaram até nós. Assim, o crítico textual não procura fazer cumprir desejos hipotéticos do autor, mas interpretar e representar os materiais disponíveis, veiculando no texto fixado apenas as lições que são comprovadamente autorais. A exceção a esta regra, como explicado anteriormente, é a correção de erros acidentais. Esta posição aproxima o labor editorial do trabalho de um historiador, tal como fora proposto por Hans Zeller (cf. nota de rodapé número 11)⁵³. Neste contexto, reforça-se a concepção já apontada anteriormente de que Castro reconhece que o propósito das edições da Equipa Pessoa é “pôr por ordem cronológica as peças do ante-texto, determinar quais são derradeiras e preparar, assim, o dispositivo para o estabelecimento do texto e do aparato genético”⁵⁴. É também por isso que prefere denominar a lição que representa a última vontade do autor de lição derradeira, reforçando “a natureza inconclusa da maior parte da obra de Pessoa”⁵⁵.

No que concerne ao estabelecimento de aparatos críticos, o bibliógrafo Thomas Tanselle⁵⁶ determinou que estes dispositivos devem ter em conta o propósito da edição e o seu público-alvo⁵⁷. Além disso, “a responsible apparatus is a definitive

52 Ibidem, p. 172.

53 ZELLER, H. A new approach to the critical constitution of literary texts. **Studies in Bibliography**, no. 28 (1975), p. 243.

54 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 337.

55 Ibidem, p. 337.

56 George Thomas Tanselle nasceu em 1934 nos Estados Unidos da América. É um filólogo e bibliógrafo reconhecido por aplicar os princípios do método Greg-Bowers aos escritos do autor americano Herman Melville (1819-1891), sendo considerado um dos principais defensores e reformuladores deste método editorial. GRODEN, M. Contemporary textual and literary theory. In: GEORGE, B (ed.). *Representing Modernist Texts: Editing as Interpretation*. Primeira edição. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991, p. 5. Tanselle criticou, por exemplo, a escolha dos termos lição acidental e lição substantiva por julgar que estes não são suficientemente concretos e podem gerar equívocos, mas não sugeriu outras designações por considerar que estas já estavam demasiado enraizadas. Este filólogo americano contribuiu ainda para o estabelecimento da definição de intenção final autoral, uma vez que Greg recorre constantemente a ela sem nunca a fixar. TANSELLE, T. Greg's theory of copy-text and the editing of american literature. **Studies in Bibliography**, no. 28 (1975), p. 173. Sendo assim, segundo Tanselle, “when an editor has strong reason to attribute a revision to the author, he will accept that revision as ‘final’ on the grounds that, coming second, it represents the author's considered and more mature judgment”. TANSELLE, T. The editorial problem of final authorial intention. *Studies in Bibliography*, no. 29 (1976), p. 169.

57 TANSELLE, T. Some principles for editorial apparatus. **Studies in Bibliography**, no. 25 (1972), p. 41-42.

statement of the textual situation within the limits of the copies examined”⁵⁸, isto é, um aparato crítico elaborado com rigor e que contemple as variantes de todos os testemunhos conhecidos da obra pode ser encarado como um instrumento definitivo para a leitura e estudo do texto editado. Sendo assim, ao formatarem os aparatos dentro de uma coleção, os editores instauram no leitor uma série de expectativas face às informações que poderão encontrar nos volumes e, em consequência disso, a utilização das edições como instrumentos de trabalho torna-se mais ágil. Como o objetivo dos aparatos das edições da Equipa Pessoa é “albergar todas as informações de interesse para a história da criação e da transmissão do texto e mostrar como foram utilizadas pelo editor”⁵⁹, foi necessário de início estabelecer um sistema de aparatos múltiplos hierarquicamente organizados. No rodapé, começam por surgir, em primeiro lugar, os “aparatos de variantes”, que transmitem as lições das edições póstumas da Ática e da Aguilar, consideradas a vulgata da obra pessoana. Em seguida, o “aparato de conjecturas”, que apenas surge na edição de Cleonice Berardinelli, no qual estão patentes emendas ou preenchimentos editoriais de lacunas da responsabilidade do autor. No final dos volumes, estão presentes as “notícias dos testemunhos”, que difundem dados de carácter manuscritológico, e o “aparato genético”, que reconstitui de modo codificado o processo de escrita de Fernando Pessoa. Através desta variedade de dados, é possível conhecer profundamente a gênese dos textos pessoanos e a história da sua transmissão, tanto quanto, na perspetiva do filólogo especialista, as zonas mais complexas dos textos que precisam de ser completadas ou emendadas. O objetivo é que as correções dos editores estejam suficientemente evidenciadas para serem confrontadas com as lições presentes nos manuscritos, nas edições concretizadas durante a vida do escritor e nos projetos da Ática e da Aguilar. Desta forma, o leitor pode avaliar a distância entre o texto corrente e o que a edição crítica lhe proporciona. Em suma, “every text is something that moves, from its inception to its consummation, through multiple interventions and multiple acts of reading”⁶⁰, logo quanto mais profunda for a compreensão deste movimento, através da elaboração rigorosa de aparatos minuciosos e da sua posterior análise, maior será o conhecimento do leitor em relação ao texto que está diante de si.

Em 2007, com a publicação da edição crítico-genética de Amor de perdição, iniciou-se o projeto de edição crítica e genética das obras de Camilo Castelo Branco também coordenado por Ivo Castro. Segundo Castro, “tais edições [as edições críticas e genéticas de Camilo Castelo Branco publicadas pela Imprensa Nacional] cumprirão todas as funções críticas tradicionais e, além disso, abrirão perspetivas novas para o conhecimento dos mecanismos linguísticos, estilísticos,

58 Ibidem, p. 88.

59 CASTRO, I. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013, p. 186.

60 BAJETTA, C. Presenting romantic texts: Editorial theory and practice. **Literature compass** 3, no. 4 (jul. 2006), p. 829.

mesmo psicológicos da conceção e construção do texto camiliano”⁶¹. Para tal, à semelhança do que acontece na edição crítica da obra de Fernando Pessoa, a última edição revista pelo autor é utilizada como base para a fixação do texto e, diferentemente, a ortografia é modernizada, de acordo com a norma ortográfica do português europeu de 1945, preservando-se as formas que representam as características fonéticas da pronúncia oitocentista⁶². Este trabalho tem como antecedentes as edições críticas de *Novelas do Minho* (1961), da responsabilidade de Maria Helena Mira Mateus, e de *Amor de perdição* (1983), editado por Maximiano Silva. Esta última edição é baseada naquela que o editor julgou corresponder à revisão derradeira do autor, contém a reprodução fac-similada do manuscrito e regista as variantes da primeira edição, fazendo uso das seis primeiras edições para o estabelecimento do texto crítico⁶³. As principais novidades da edição de Ivo Castro, no que concerne ao tratamento editorial de *Amor de Perdição*, prendem-se com a decifração das intervenções do autor no manuscrito, com a apresentação da edição genética (páginas pares), em paralelo com a edição crítica munida de transcrição modernizadora (páginas ímpares), e com o registo das variantes das cinco primeiras edições revistas pelo autor entre parênteses retos com a numeração que corresponde à respectiva edição. Com efeito, segundo Castro, “a sexta edição (1887) ainda foi publicada com Camilo vivo (faleceria em 1890), mas não há provas de que tenha sido por ele revista”⁶⁴. Esta edição crítico-genética é composta ainda por uma “Introdução” que descreve os aspetos materiais do manuscrito, a história da escrita do romance e os critérios editoriais adotados, tanto como apresenta as macrovariantes e as variantes de cada uma das edições. A simbologia utilizada para representar a tipologia e cronologia das emendas é a mesma utilizada nos volumes publicados no âmbito das edições pessoais, que, por sua vez, se inspira na “excelentíssima bateria concebida pela equipa de Giovanni Bonaccorso para a edição de Flaubert que [se] iniciou em 1983”⁶⁵.

De acordo com João Dionísio, ao explorarmos os diversos elementos paratextuais que compõem esta edição, “estamos perante um trabalho exemplar de Ivo Castro, isto é, que ilustra bem o seu modo de cultivar a crítica textual, um modo longínquo da representação autossuficiente do texto e adepto da reflexão histórica,

61 CASTRO, I. Camilo, questões de génese. In: Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa, 13, 1992, Rio de Janeiro. **Atas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992, p. 58.

62 Em caso de dúvida acerca da pronúncia, opta-se pela conservação da ortografia. CASTRO, I. Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. **Amor de Perdição** (edição genética e crítica). Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 115.

63 CASTRO, I. Camilo, questões de génese. In: Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa, 13, 1992, Rio de Janeiro. **Atas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992, p. 64.

64 CASTRO, 2007, p. 9.

65 CASTRO, I. Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. **Amor de Perdição** (edição genética e crítica). Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 119.

doutrinal e técnica”⁶⁶. Dionísio considera que este projeto editorial contribuiu para o estabelecimento de doutrina e, conseqüentemente, para o fortalecimento dos instrumentos metodológicos à disposição da crítica textual aplicada a textos modernos com tradição autógrafa, em Portugal. Assim, o desenvolvimento do modelo de edição crítico-genético, para o qual os trabalhos de Ivo Castro foram determinantes, não foi apenas uma tentativa de resolução da tensão entre as necessidades de fixação de um texto crítico único e de representação do processo criativo do autor, mas também um contributo para o desenvolvimento da crítica textual nacional enquanto disciplina dotada de doutrina própria. Na sua recensão crítica à edição crítico-genética de *Amor de Perdição*, Dionísio refere ainda que “o programa por detrás do casamento entre a edição genética e a edição crítica (...) assenta no princípio de que a fruição estética é sofisticada pela percepção das mudanças por que passou o texto” desde o início da sua concepção até à última revisão controlada pelo autor. Tendo isto em conta, Castro parece julgar que o prazer do conhecimento proporcionado por esta leitura aumenta pelo contato com as diversas variantes autorais resultantes do processo criativo. Este juízo é, de fato, partilhado por Castro que declara que a fruição da obra de Camilo Castelo Branco “pode ser refinada pela compreensão das motivações do autor e dos processos criativos que ativou”⁶⁷. Por outro lado, ao fixar a última lição autoral, Castro cumpre a missão editorial de estabelecer um texto único, evitando as distrações motivadas pela apresentação simultânea de várias lições no texto crítico. Deste modo, ao produzir uma edição crítico-genética do romance *Amor de Perdição*, o filólogo português procurou satisfazer, simultaneamente, o desejo de “proporcionar ao leitor o filme da escrita do texto (...) e a determinação do estado derradeiro do texto, cuja autoridade supera a dos estados anteriores”⁶⁸. Mais uma vez, constatamos a utilização da expressão derradeira para definir aquela que o filólogo considera ser a última vontade do autor e que, portanto, deve ser a consagrada pela edição. Assim, entendemos que Ivo Castro, ao contrário de Hans Zeller, entende que a autoridade de um testemunho é uma qualidade relativa associada ao lugar que este ocupa dentro da cronologia que compõe a gênese e transmissão do texto em causa, ou seja, quanto mais recente, desde que seja comprovadamente proveniente da pena do escritor, maior é a sua autoridade, pois está mais próximo de representar a intenção final do autor. Esta posição pode levantar algumas interrogações, já que implica que o escritor está num constante processo de melhoria e refinamento da sua obra, mesmo quando retoma lições anteriores, tornando-as as mais recentes e, por isso, representativas da mais recente vontade autoral. Deste modo, depois de várias emendas, quando o autor retorna à primeira variante que materializou, esta torna-se, assim, a lição original mais próxima da intenção final, apesar de ter sido inicialmente redigida antes de todas as outras variantes. Que este posicionamento está sujeito a escrutínio fica claro quando Castro comunica que “os fins de uma edição crítica

66 DIONÍSIO, J. Camilo Castelo Branco - **Amor de perdição** (edição genética e crítica de Ivo Castro). Disponível em: <coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/news?i=2&i=2>. Acesso em: 13 jan 2023.

67 CASTRO, I. Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. **Amor de Perdição** (edição genética e crítica). Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 9.

68 Ibidem, p. 116.

se devam considerar atingidos com a apresentação de um texto digno do original e de mecânicas transparentes, que o leitor verificará e usará a seu prazer”⁶⁹. É esta transparência que permite, a quem lê atentamente o volume e examina os aparatos e notas, conhecer todas as variantes e avaliar a escolha das lições fixadas pelo editor.

Se, como temos vindo a notar ao longo dos parágrafos anteriores, o manuscrito de Amor de perdição é uma poderosa amostra do processo criativo de Camilo Castelo Branco, é também legítimo defender que a apresentação das variantes de cada uma das edições em que este interveio evidencia “como se efetuou em vida do autor a socialização da sua obra”⁷⁰. De fato, o início da fase que antecede a publicação de uma obra marca o momento em que as decisões artísticas saem da esfera privada de atuação do autor e passam a ser partilhadas com editores, revisores, compositores e até mesmo influenciadas, consciente ou inconscientemente, pela recepção dos leitores do romance. Neste contexto, Jerome McGann, recorda-nos que o conteúdo de um texto “is also built through the textual presence and activities of many non-authorial agents”⁷¹. Por outras palavras, isto significa que, no momento da publicação da obra e posteriormente, o texto sofre reformulações e passa pelo impacto de agentes externos ao autor, competindo ao responsável pela edição crítica distinguir a voz autoral das restantes, não ignorando que as variantes introduzidas por terceiros fazem parte da história da transmissão da obra e estão presentes na mente de muitos leitores. Ivo Castro não ignora este problema na preparação editorial do célebre romance de Camilo Castelo Branco, dedicando algumas páginas da “Introdução” a descrever cada uma das edições analisadas, nomeando os editores responsáveis e fazendo uso da paragênese para tentar identificar o nível de participação do escritor na elaboração de cada uma das edições do romance que foram difundidas durante a sua vida. Esta atitude permitiu-lhe concluir que, como foi explicado anteriormente, não deveria reproduzir as variantes da sexta edição, pois estas são apenas fruto de autorização passiva, já que é muito provável que Camilo não tenha tido qualquer envolvimento ativo na sua revisão.

Considerações finais

Em resumo, a eclosão da edição crítico-genética em Portugal parece resultar, sobretudo, das necessidades inerentes às especificidades do espólio pessoano. Dadas as lacunas, a variação por que passam os textos de Pessoa e as dificuldades de decifração dos manuscritos de Pessoa, não só é imperativo oferecer um texto crítico rigoroso como permitir ao leitor reconstituir as etapas seguidas pelo editor e o seu raciocínio filológico. Desta forma, o modelo editorial crítico-genético adotado nas edições da obra completa de Fernando Pessoa e de Camilo Castelo Branco conjuga a apresentação de um texto crítico estático correspondente à fixação da lição derradeira proveniente da pena do autor com a representação do

69 Ibidem, p. 10.

70 Ibidem, p. 23.

71 McGann, Jerome. **The textual condition**. New Jersey: Princeton University Press, 1991, p. 42.

movimento inerente ao processo criativo, através da disponibilização do aparato genético que mostra os avanços e recuos do autor no momento de escrita. Neste sentido, conclui-se que perante tradições com múltiplos testemunhos autógrafos, o editor que adota o modelo crítico-genético deve tentar compreender o sentido do processo criativo do autor, através da análise do espólio e da elaboração de estudos genéticos, e oferecer aos leitores um texto crítico que seja representativo do último estágio documentado do desenvolvimento da escrita.

Embora tenhamos destacado neste artigo que a principal função do modelo de edição crítico-genética é transmitir, simultaneamente, um texto crítico estático que fixe a última vontade do autor e uma edição genética que demonstre o movimento inerente à escrita, percebemos que um fiel seguidor deste paradigma editorial não se satisfaz com o cumprimento estrito destes objetivos. Conforme verificamos no decorrer das análises às edições crítico-genéticas das obras poéticas de Alberto Caeiro e Álvaro de Campos e do romance Amor de Perdição de Camilo Castelo Branco, através da decifração de manuscritos e da exploração da totalidade da tradição do texto, estes trabalhos permitem desfazer mitos associados à escrita dos autores e criar um documento com rigor linguístico e histórico, possibilitando o seu uso por linguistas que visam, por exemplo, o estudo da evolução da língua portuguesa. Isto mesmo é indicado, a título de exemplo, quando Castro declara que as edições críticas e genéticas da obra de Camilo Castelo Branco deverão cumprir “todas as funções críticas tradicionais e, além disso, abrirão perspectivas novas para o conhecimento dos mecanismos linguísticos (...) da conceção e construção do texto camiliano”⁷². Esta variedade de atribuições das edições crítico-genéticas torna-as um padrão a ser seguido por quem visa desenvolver um projeto editorial que contemple todos os aspectos da produção literária de um autor cujos manuscritos estão disponíveis.

Referências bibliográficas

BAJETTA, C. **Presenting romantic texts: Editorial theory and practice.** *Literature compass* 3, no. 4 (julho 2006): 818-839.

BERARDINELLI, C. **Introdução.** In: CAMPOS, Á. *Poemas de Álvaro de Campos (edição crítica)*. Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, p. 13-47.

CASTRO, I. **Camilo, questões de génese.** In: *Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, 13, 1992, Rio de Janeiro. *Atas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

CASTRO, I.. “O retorno à filologia”. In: **Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha**, coordenado por Cilene

⁷² CASTRO, I. **Camilo, questões de génese.** In: *Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, 13, 1992, Rio de Janeiro. *Atas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992, p. 58.

da Cunha Pereira, Paulo Roberto Dias Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 511-520.

CASTRO, I.. Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. **Amor de Perdição (edição genética e crítica)**. Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 9-121.

CASTRO, I.. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2013.

CASTRO, I.. Introdução. In: CAEIRO, A. **Poemas de Alberto Caeiro** (edição genética e crítica). Primeira edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015, p. 7-25.

CELANI, S. Ivo Castro, **Editar Pessoa**. *Variants*, no. 12-13 (2016): 1-4.

CELANI, S.. **O espólio Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2020.

DE BIASI, P. **Génétique des textes**. Paris: CNRS éditions, 2011.

DIONÍSIO, J. **Camilo Castelo Branco - Amor de perdição** (edição genética e crítica de Ivo Castro). Disponível em: <coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/news?i=2&i=2>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GABLER, H. **What Ulysses requires**. *The papers of the bibliographical society of America*, no. 87 (junho 1993): 187-248.

GOLD, M; Philip S. Contributors. **Joyce Studies Annual**, vol. 28 (2018): 247-249.

GREG, W. “The rationale of copy-text”. *Studies in Bibliography*, no. 3 (1950): 19-36.

GRÉSILLION, A. **Alguns pontos sobre a história da crítica genética**. *Estudos Avançados*, vol. 5 (1991): 7-18.

GRODEN, M. Contemporary textual and literary theory. In: BORNSTEIN, G. **Representing Modernist Texts: Editing as Interpretation**. Primeira edição. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991, p. 259-287.

HÖPKER-HERBERG, E. **Reflections on the synoptic mode of presenting variants**, with an exemple from Klopstock’s *Messias*. In: GABLER, H. *Contemporary german editorial theory*. Primeira edição. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995, p. 79-93.

KIDD, J. A Inquiry into Ulysses: The corrected text. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, no. 4 (dezembro 1988): 411-584.

MCGANN, J. **The textual condition**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

RODRIGUES-MOURA, E. Para uma interpretação hermenêutica de uma edição crítico-genética: emendas de elocução e emendas de poéticas. In:

CARRILHO, E. **Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro**. Primeira edição. Biblioteca Nacional de Portugal: Lisboa, 2019, p. 1339-1353.

TANSELLE, T. Some principles for editorial apparatus. **Studies in Bibliography**, no. 25 (1972): 41-88.

TANSELLE, T. Greg's theory of copy-text and the editing of american literature. **Studies in Bibliography**, no. 28 (1975): 167-229.

TANSELLE, T. The editorial problem of final authorial intention. **Studies in Bibliography**, no. 29 (1976): 167-211.

ZELLER, H. A new approach to the critical constitution of literary texts. **Studies in bibliography**, no. 28 (1975): 231-264.